

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SUPERVISÃO DAS OBRAS DE DRAGAGEM E ATERRO HIDRÁULICO COM TERRAPLANAGEM PARA O PREENCHIMENTO ARTIFICIAL COM AREIA NA PRAIA CENTRAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ



PROJETO BÁSICO
MEMORIAL DESCRITIVO
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
COMPOSIÇÃO UNITÁRIA
COMPOSIÇÃO DO BDI

Balneário Camboriú, SC – Março de 2021

PROJETO BÁSICO

SUPERVISÃO DAS OBRAS DE DRAGAGEM E ATERRO HIDRÁULICO COM TERRAPLANAGEM PARA O PREENCHIMENTO ARTIFICIAL COM AREIA NA PRAIA CENTRAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Balneário Camboriú, 02 de março de 2021.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução da supervisão, através de topobatimetria, das obras de dragagem e aterro hidráulico com terraplanagem para o preenchimento artificial com areia na Praia Central de Balneário Camboriú.

2. DA APRESENTAÇÃO E AUTORIA

Este documento foi desenvolvido pelo Município de Balneário Camboriú.

3. DAS SIGLAS E DEFINIÇÕES

CONTRATADA — Empresa que, mediante seleção em processo licitatório, assinará contrato com a Contratante para desenvolvimento do serviço objeto desta documentação.

CONTRATANTE — Entidade Pública que promoverá a contratação do serviço.

FISCALIZAÇÃO — Representante da entidade pública que fará a gestão do contrato e dos serviços propostos.

SUPERVISÃO — Serviço a ser realizado pela empresa vencedora do certame licitatório, que fornecerá à fiscalização do contrato todos os subsídios de supervisão da obra, de acordo com o proposto no objeto desta documentação.

4. DOS MATERIAIS COMPLEMENTARES

Todas as partes envolvidas nos trabalhos de Engordamento da Areia da Praia Central de Balneário Camboriú (Prefeitura, executora da obra, fiscalização, supervisora, empresas responsáveis pelos programas do PBA, IMA e demais), deverão ter pleno conhecimento de todos os documentos, projetos, licenças, estudos, programas, análises, inspeções de campo e informações vinculadas e atreladas à esta obra, não podendo ser exposto desconhecimento das documentações públicas existentes com relação da obra como um todo.

Solicita-se para a empresa vencedora do processo licitatório que sejam realizadas reuniões formalizadas com as partes envolvidas no projeto, licenciamento e execução da obra para obtenção e verificação de todas as premissas e documentos da obra.

São anexos a este material o Memorial Descritivo, o Orçamento Referencial dos Serviços, o Cronograma Físico-Financeiro, a Composição Unitária de Serviços e a Composição do BDI.

5. OBJETIVO

A apresentação dessa documentação reúne as informações técnicas concernentes ao projeto básico e o estabelecimento das demais diretrizes a serem observadas no que diz respeito à abertura de procedimento licitatório e respectiva contratação de empresa especializada, capacitada e legalmente habilitada para a execução dos serviços supracitados, os quais constituem o objeto deste edital.

6. JUSTIFICATIVA

A contratação da execução da “Recuperação da Faixa de Areia da Praia Central de Balneário Camboriú — SC” através da Concorrência 251/2019 — PMBC enseja uma sequência de programas de controle e monitoramento da execução da obra, objetivando que todas as premissas projetadas sejam plenamente respeitadas no tangente à geometria da obra, controle ambiental, segurança das partes envolvidas e logística da obra.

A obra ocorrerá somente com o devido licenciamento ambiental em dia, tendo em vista que as etapas de Licença Ambiental Prévio (LAR) e Licença Ambiental de Instalação (LAI) elencaram a obrigatoriedade para o município na efetivação dos programas de controle acima mencionados. Neste sentido, como documentado em diferentes documentos técnicos já corridos nas etapas de licenciamento e de licitações públicas, foi realizado a contratação do estudo e dos programas envolvidos no Programa Básico Ambiental (PBA). O PBA foi realizado pela empresa Garden Engenharia, sendo que representa, conforme o próprio documento:

"(...) uma síntese, de todas as medidas mitigadoras ou compensatórias ou potencializadoras dos potenciais impactos causados pelas futuras obras do empreendimento previstos na avaliação de impactos ambientais decorrentes do estudo de impacto ambiental".

Ocorre que os 21 (vinte e um) programas elencados no PBA não incluem a realização do controle e supervisão da obra para fins de auxílio à fiscalização, gerenciamento e medições regulares das etapas/quantidades executadas pela empresa executora da obra.

A planilha orçamentária elaborada para a contratação da obra impõe como critério de medição da obra o volume executado de aterro de areia sobre a enseada da Praia Central de Balneário Camboriú, cabendo à municipalidade o controle sobre as quantidades inseridas na orla tanto para garantia da execução dos perfis praias projetados para a obra quanto para a devida

remuneração da empresa quanto aos quantitativos executados in loco e possíveis confrontações de informações entre as medições realizada pela empresa executora da obra e pelas medições realizadas pela municipalidade.

Destaca-se também que a topobatimetria realizada nos projetos é de data antiga, sendo que a dinâmica praia' impõe a necessidade de se atualizar o relevo local para o devido pagamento da empresa durante a execução da obra. A verificação das modificações dos níveis da enseada promove a garantia de que a empresa receba o valor justo pelo serviço executado, bem como a municipalidade arque somente com as despesas necessárias (podendo estas alterações serem para mais ou para menos).

É evidente que a empresa executora da obra realizará controle geométrico do serviço em questão, entretanto, é importante que a administração realize fiscalização e supervisão ativa da obra, com coleta de dados e informações de maneira direta, sem envolver a empresa vencedora da licitação. Tal situação evita o confronto de interesses entre as partes e permite mais transparência para todas as atividades.

Pelas razões expostas, é importante que a municipalidade realize a topobatimetria previa à obra (chamada de topobatimetria preliminar), realize levantamentos topobatimétricos periódicos durante a execução da obra e no final da mesma, garantindo que as premissas projetuais sejam respeitadas em todas as etapas da execução da obra.

Sabida a importância da supervisão da obra através dos levantamentos topobatimétricos, é importante destacar que a administração de Balneário Camboriú não possui os equipamentos necessários para a realização dos trabalhos (equipamentos de batimetria, embarcações, equipamentos de topografia específicos, etc.), não possui expertise/experiência em obras desse porte e não possui pessoal com experiência e qualificação para a realização da supervisão da obra. Por estas razões, justifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada para a realização do objeto deste processo licitatório, que é da Supervisão do Engordamento de Areia da Praia Central,

Após justificada a contratação, reforça-se que a empresa vencedora deste certame licitatório não será responsável pela fiscalização da obra e sim somente pela supervisão da mesma. Ou seja, a fiscalização da obra será realizada pelo Município de Balneário Camboriú com apoio dos programas ambientais previstos no PBA e com a supervisão da obra através dos levantamentos topobatimétricos (esta última sim objeto deste processo licitatório).

7. DOS CONSÓRCIOS

É vedada a participação de empresas em consórcio neste edital.

Acerca da vedação à participação, no presente certame, de empresas reunidas em consórcio, trata o renomado autor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

"Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco de dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa, (...) há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição."

No caso em pauta a justificativa para a vedação da participação de empresas reunidas em consórcio baseia-se na discricionariedade dada pela Lei Federal nº 8.666/93 à Administração Pública para que esta determine a realização de licitação admitindo ou não que consorciadas possam participar do processo.

Para determinar tal vedação o Município de Balneário Camboriú buscou primar pela qualidade dos serviços e pelo equilíbrio econômico e financeiro da empresa que, se vencedora do certame, prestará os serviços nesta Municipalidade. Encontra-se ainda asseverado pelo ilustre autor citado acima:

"É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação."

Como se extrai do trecho acima a Administração Pública poderá considerar as condições dos serviços exigidos conforme as "dimensões e complexidade do objeto", entretanto o objeto deste processo licitatório não possui tal complexidade para que seja necessária a atuação de duas ou mais empresas consorciadas, eis que apenas uma empresa poderá prestar o serviço com a qualidade adequada e não seria viável que duas empresas com objetos similares se reunissem em um consórcio para a prestação dos serviços.

Demonstra-se com base no objeto do presente Edital que não há necessidade que empresas de objetos diferentes reúnam-se em consórcio

para junção de qualificações distintas destinadas a um mesmo fim, objeto da licitação, a operação neste Município requer uma empresa com condições de prestar os serviços de execução do serviço de Supervisão do Engordamento de Areia da Praia Central de Balneário Camboriú, sendo que todos os serviços essenciais inerentes a este serviço devem coexistir dentro de uma mesma estrutura, empresarial especializada na prestação de tais serviços públicos. Observa Marçal Justen Filho:

"Embora a distinção não tenha fundamento legislativo, podem distinguir-se consórcios "homogêneos" e "heterogêneos". A diferença não consta do direito posto, mas é útil para compreender melhor a função dos consórcios. Em alguns casos, os consórcios reúnem empresas de objeto similar, que se associam para conjugação de recursos ou experiências equivalentes — homogêneas. Já em outras hipóteses, cada empresa atua em determinado segmento de atividades e o consorciamento objetiva propiciar a união de qualificações distintas e inconfundíveis — heterogêneas. A complexidade dos objetos licitados determina a natureza do consórcio. Usualmente, há consórcios heterogêneos quando a execução do objeto pressupõe multiplicidade de atividades empresariais distintas."

Em comparação com o objeto do Edital vê-se que não há necessidade de um consórcio de natureza heterogênea, conforme conceito supra referido, eis que a Supervisão do Engordamento de Areia da Praia Central de Balneário Camboriú exige a atuação de empresa que tenha como seu ramo a gestão, execução, supervisão e elaboração de projetos de dragagem e aterros hidráulicos e outros similares e se permitida a composição de consórcios entre empresas com mesmo objeto (homogênea), tal decisão poderia acarretar drástica redução entre os participantes do processo licitatório, além de prejudicar o certame e até mesmo posteriormente a prestação dos serviços.

Pelos motivos e fundamentos acima expostos, optou-se, eis que se trata de uma decisão discricionária do Município, pela adequada prestação dos serviços públicos à população tanto quanto pelo princípio da igualdade entre os participantes buscando não privilegiar a formação de consórcio o que poderia frustrar os fins desta concorrência.

8. DAS SUBCONTRATAÇÕES

Será permitida subcontratação unicamente nos serviços de locação e tripulação das embarcações, sendo que esse grupo de itens e serviços (sem considerar o combustível) representa menos que 15% do valor do objeto. Da planilha orçamentária de referência da licitação, são os itens:

2.7 Embarcação para batimetria multifeixe — 120 HP — tripulada e abastecida

2.8 Lancha de apoio 40 HP para topobatimetria monofeixe — Tripulada e abastecida.

3.4 Embarcação de apoio — transporte observadores e manutenção de equipamentos oceanográficos — 120 HP — Tripulada e abastecida

Os demais profissionais e responsáveis técnicos deverão ser devidamente da equipe e empresa vencedora do certame licitatório.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A Contratada declara a plena aceitação das condições aqui estabelecidas perante

a municipalidade.

9.2. Informações adicionais podem ser obtidas junto à Secretaria de Compras, no

térreo da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, sito à Rua Dinamarca, nº 320, Bairro das Nações, CEP 88.339-900, endereço no qual os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, ou ainda, por meio do Protocolo Eletrônico, disponível no site do Município.

9.3. A apresentação da proposta desta Licitação implica na aceitação imediata e completa, pela Proponente, do inteiro teor das presentes Especificações Técnicas e de Serviços, do entendimento do recebimento dos documentos necessários, do plano conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento do objeto da licitação, que aceita como válida a situação em que se encontra aquele local para a realização dos serviços, bem como de todas as disposições legais que se aplicam à espécie.

9.4. É indispensável, a partir do ato da assinatura do Contrato, a comunicação direta e formal com a Fiscalização do serviço proposto, tendo em vista o andamento correto do contrato entre as partes.

9.5. Os dias e horários dos serviços deverão ser previamente alinhados com a Administração Municipal e Fiscalização.

9.6. A empresa vencedora da licitação deverá realizar os serviços com o devido cuidado necessário, visto ser uma área de grande circulação de pessoas diariamente. Os horários dos serviços deverão ser alinhados com as necessidades da Administração Municipal.

9.7. A ART de execução dos serviços deverá ser datada, devidamente assinada e paga sendo entregue uma cópia de cada em formato A4, papel

90 g/em' e em arquivo digital escaneada, contendo todos os campos preenchidos, datada, assinada e com autenticação de pagamento (gravada em CD). A entrega deverá ser formalizada antes do início da execução da obra e encaminhada uma via para a Secretaria de Compras e outra para a fiscalização do contrato.

9.8. Todos os materiais, ferramentas manuais, ferramentas elétricas e equipamentos necessários à execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, tanto o seu uso quanto a guarda e manutenção das mesmas.

9.9. A contratada responderá pelas consequências de danos ocasionados a **terceiros**, pelas irregularidades ou quaisquer outras anomalias ocorridas durante os serviços executados sem ônus para a contratante.

9.10. Todas as normas de segurança do trabalho deverão ser rigorosamente respeitadas durante o período de instalação do canteiro de obras.

9.11. As unidades dos serviços são as constantes nos quadros de quantidades, indenizados conforme planilha de preços da empresa vencedora do processo licitatório;

9.12. A empresa vencedora da licitação deverá realizar o correto gerenciamento dos resíduos originários da contratação, devendo obedecer as diretrizes técnicas e procedimentos do Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil estabelecidos no Decreto Municipal 5.125/08. Também deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção originários da contratação, obedecendo os termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA no 307, de 05/07/2002. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas, mas sim, dispor tais materiais em empresa especializada na reciclagem de resíduos da construção civil, com o intuito de dar destinação ambientalmente correta aos resíduos do objeto da licitação.

9.13. A comunicação entre Contratada e Contratante deverá sempre ser feita mediante a presença e participação da Fiscalização. A Contratada não deverá executar nenhum tipo de serviço além do exposto neste contrato, salvo algum fator superveniente. A Fiscalização **do** contrato

deverá sempre se reportar à Contratada quando houver alguma pendência, notificação ou serviço que deverá ser realizado.

9.14. Toda retirada de equipamento urbano deverá ser alinhada com a Fiscalização.

9.15. Toda retirada de equipamento da Administração Municipal deverá ser alinhada com a Fiscalização, tendo em vista que estes equipamentos possuem número de patrimônio e deve ser realizada a "baixa" dos mesmos.

9.16. Caberá a empresa vencedora do contrato a execução de proteção do local de trabalho para segurança dos trabalhadores, dos transeuntes que circulam nas vias adjacentes e de quaisquer outros bens móveis ou imóveis que porventura estiverem sujeitos a algum tipo de dano.

9.17. Os participantes deste processo licitatório, ao apresentar proposta ao mesmo, concordam que os quantitativos expostos na documentação desta obra (no projeto básico, no orçamento de referência e outros) atendem todas necessidades totais e globais do projeto e as demandas inteiras aqui colocadas. Caso existir divergência entre projeto, orçamento e Projeto Básico, devem ser apontadas durante o andamento do processo licitatório. Não serão aceitos apontamentos posteriores.

9.18. O transporte de equipamentos, de funcionários e de materiais a serem usados nos serviços serão de competência da empresa contratada.

9.19. A mão de obra utilizada pela empresa deverá ser própria. Antes do início dos serviços a empresa deverá apresentar à fiscalização a relação dos funcionários que trabalharão na obra, bem como o vínculo empregatício dos mesmos no regime CLT. Toda e qualquer terceirização de serviços deverá ter anuência antecipada da fiscalização.

9.20. A empresa executante deverá ser obrigatoriamente cadastrada como Entidade Executante no Centro de Hidrografia da Marinha do Brasil (CHM), com inscrição válida para o período de execução do levantamento e das atividades de fiscalização. **A empresa vencedora do certame licitatório deverá apresentar antes da assinatura do contrato o cadastro junto ao CHM.**

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

10.1.1. Para participar da licitação, a empresa deverá apresentar os seguintes itens referentes à capacidade técnico-profissional do responsável técnico indicado para a obra:

- 10.1.1.1. Certidão de Registro do responsável técnico da empresa no CREA em dia/vigente;
- 10.1.1.2. Certidão de Acervo Técnico (CAT) vinculado ao Atestado de Capacidade Técnica (ACT) do responsável técnico indicado por uma das empresas, devidamente atestado no CREA, que comprove a execução de serviço de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao projeto deste Projeto Básico, devendo conter, no mínimo, a execução de um **ou** mais dos itens abaixo:
- 10.1.1.2.1. Execução de Supervisão ou Gerenciamento de obra de aterro hidráulico em áreas marítimas.
- 10.1.1.2.2. Execução de levantamentos hidrográficos (topobatimetria).
- 10.1.2. Prova de que possui contratado ou empregado no quadro funcional da empresa, na data prevista para a entrega da proposta, responsável técnico, profissional de nível superior, reconhecido pela entidade competente, detentor de CAT conforme o item acima, mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ficha de registro de empregado, em frente e verso, contrato de trabalho; ou contrato de prestação de serviços.
- 10.1.3. O referido responsável técnico **deverá ser** o mesmo em todas as fases do procedimento licitatório, salvo causa excepcional apresentada formalmente pela contratada e aprovada pelo fiscal do contrato.
- 10.1.4 A empresa deverá apresentar, antes da emissão da Ordem de Início, relação de profissionais que trabalharão para atendimento do objeto, sendo elencados conforme planilha orçamentária:
- a) Hidrógrafo;
 - b) Topógrafo;
 - c) Auxiliar de topografia;
 - d) Engenheiro ou profissional sênior;
 - e) Auxiliar administrativo;
 - f) Observador de bordo.

10.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

10.2.1. Para participação da licitação, a empresa deverá apresentar os seguintes itens referente à capacidade técnico-operacional da empresa:

10.2.1.1. Certidão de Registro da empresa no CREA em dia/vigente;

10.2.1.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica (ACT) emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, além da(s) CAT dos referidos trabalhos, que comprove a execução de um ou mais dos itens abaixo:

10.2.1.2.1. Execução de Supervisão ou Gerenciamento de obra de aterro hidráulico em áreas marítimas.

10.2.1.2.2. Execução de levantamentos hidrográficos (topobatimetria), com área mínima de 1,0 km².

11.DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

11.1. A CONTRATADA deve apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente paga, referente aos serviços executados.

11.2. A apresentação do documento supracitado deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

11.3. A ART deve conter o nome **do** Responsável que consta nos projetos e o endereço do local de execução do **serviço**.

12. DO CUMPRIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E DO CONTROLE DE QUALIDADE

12.1. Todos os serviços deverão seguir rigorosamente as especificações técnicas constantes no projeto básico (que inclui as informações contidas no memorial descritivo).

12.2. A execução dos serviços deverá respeitar todas as exigências técnicas previstas nas normas vigentes nacionais e, na falta destas seguir as diretrizes adotadas nas normas internacionais ou literatura específica comprovadamente reconhecida.

12.3. A empresa deverá apresentar prova da qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados por meio de ensaios e laudos de laboratório, sempre que solicitado pela fiscalização, conforme previsão legal constante no Art. 75 da Lei Federal 8.666/193.

12.4. Não será admitido o emprego de materiais divergentes das especificações de

projeto, exceto em situações supervenientes em que fique comprovado o benefício ao erário e a garantia da qualidade equivalente ou superior, ainda com a anuência da fiscalização e do projetista da obra.

13. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO

13.1. O prazo para execução dos serviços é de **09 (nove) meses**, a partir da data da ordem de início e conforme cronograma físico-financeiro anexo neste Projeto Básico.

14. DO ORÇAMENTO

14.1. O orçamento de referência para este serviço é de **R\$1.193.049,74 (um milhão e cento e noventa e três mil e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos)**, conforme planilha orçamentária.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. O recurso será proveniente da dotação orçamentária da operação de crédito com o Banco do Brasil (mesma operação da obra de engordamento da Praia Central).

16. DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1. A forma de pagamento será em parcelas mensais conforme o cronograma físico-financeiro anexo a este projeto básico e será realizada em até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da nota fiscal. Todo pagamento/medição deverá ser precedido de aprovação preliminar pela fiscalização do contrato.

16.2. O contrato de execução da obra de dragagem pode ter seu prazo alterado tanto para mais quanto para menos, dependendo das condições encontradas pelas partes durante a obra, da produtividade da empresa, de situações adversas e imprevisíveis.

Por essa razão a planilha de composição de preços para esta supervisão foi dimensionada tendo em vista quatro momentos de obra e suas variações, sendo eles:

17.D0 REGIME

17.1. Este contrato deverá ser realizado com **regime por preço unitário**.

18.DA FISCALIZAÇÃO

18.1. A fiscalização desta obra deverá ser definida antes do início da execução da mesma, através de ato formal do município e Secretaria de Compras.

18.2. A Contratada deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

18.3. A contratada deverá manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, este projeto básico, orçamentos, cronogramas, correspondências, diário de obras, e demais documentos apontados pela Fiscalização como relevantes para acompanhamento da obra.

18.4. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

18.5. As reuniões serão realizadas de modo sistemático pelo Contratante e seus prepostos, objetificando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos. As mesmas serão documentadas por Atas elaboradas pela Fiscalização, que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

RUBENS SPERNAU
Gestor do TPC

ADELTRAUT ZOSCHKE SCHAPPO
Secretária de Planejamento e Gestão Orçamentária